

DEMANDA EFETIVA E PROPENSÃO A CONSUMIR

Mara Janaina Gomes de Oliveria¹

¹Mestre em Economia pela Unesp – Professora do IMMES

RESUMO

Os postulados da Teoria Geral, defendidos por Keynes², servem para contrastar com os da teoria clássica que se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral.

A contribuição de Keynes² consiste basicamente em extrair o pressuposto do pleno emprego e outras falácias de composição do corpo da teoria clássica.

O presente trabalho possui como objetivo evidenciar a relevância da Demanda efetiva e a propensão marginal, através da determinação da renda, a demanda agregada por bens de consumo e a produção dos mesmos, defendida por Keynes e diversos autores de sua corrente, assim como Kalecki.³

Palavras-chaves: Demanda efetiva, Demanda agregada e Propensão a Consumir.

INTRODUÇÃO

De acordo com Possas⁴, a teoria de Keynes trata-se da determinação da produção, apoiada em dois conceitos temporais: período de produção, que não é referido expressamente; e o curto prazo, referido ao horizonte temporal de expectativas juntamente ao conteúdo do cálculo capitalista ao iniciar-se o período de produção, quando se tomam decisões de quando produzir, que estoques manter e estabelecimento de preços de vendas.

¹ Mestre em Economia pela Unesp-FCL.

²KEYNES, J. M. A **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

³ KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Abril Cultural (coleção “Os Economistas”), 1983.

⁴POSSAS, M. L. “**Para uma releitura teórica da Teoria Geral**”. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. (orgs.), 1986.

Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo. São Paulo: Manole, 2003, pp. 229-249.

O emprego de certo volume de mão-de-obra, na visão de Keynes², impõem ao empresário dois tipos de gastos: os montantes que ele deverá desembolsar aos fatores de produção por seus serviços habituais, denominados custos de fatores. Estes são a renda dos fatores de produção considerada do ponto de vista do empresário.

O segundo tipo de gasto, segundo Keynes², são os montantes que paga a outros empresários pelo que lhes compra, juntamente com o sacrifício que faz utilizando o seu equipamento em vez de deixar ocioso, chamado custo de uso.

Ao tomar suas decisões de produzir, conforme Macedo e Silva⁵, as empresas estão no curto prazo de Marshall⁵. O fato de que a produção toma tempo é um fenômeno tecnológico que a teoria da produção não tem o direito de abstrair.

O momento que se dá a decisão de produzir, os valores correntes dos salários e das matérias-primas sejam dados e conhecidos pelo empresário; estão dadas as curvas de custo. Trata-se de um fenômeno institucional decorrente, na tentativa, por parte das empresas, de reduzir o grau de incerteza nos ambientes em que operam.

A diferença entre o valor da produção resultante e a soma do custo de fatores, acrescido do custo de uso resulta no lucro do empresário, que é a quantidade que ele procura elevar ao máximo quando esta decidindo qual volume de emprego deve oferecer. Dessa forma, os custos de fatores e o lucro formam a renda total resultante do emprego oferecido pelo empresário.

A quantidade de emprego depende do nível de receita que os empresários presumem adquirir da correspondente produção, tanto para empresa individual quanto para uma em conjunto, mediante a certas condições técnicas, de recursos e custos de fatores por unidade de emprego. Assim, eles fixam o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e custos de fatores, que é seu lucro.⁵

²KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

⁵MACEDO E SILVA, A. C. *Macroeconomia sem Equilíbrio*, Petrópolis, Vozes, 1999.

No período de curto prazo, as variáveis independentes, segundo Possas⁴, são as expectativas de curto prazo, afetadas por resultados anteriores e fatores presentes, e que determinam a demanda esperada e até certo ponto influem na própria oferta. As variáveis dependentes são os preços e as quantidades produzidas, bem como o nível de emprego. O valor agregado *ex-ante* assim determinado é definido como o nível de demanda efetiva.

1- Demanda Efetiva

De acordo com Keynes², a demanda efetiva é o ponto de intersecção entre a função da demanda agregada com a da oferta agregada, sendo neste ponto feita a determinação do volume de emprego, que é feita a maximização das expectativas de lucro dos empresários.

No princípio da demanda efetiva, segundo Possas⁴, apresentado por Keynes², dois pontos conclusivos pode ser salientados: a demanda efetiva envolve um equilíbrio entre oferta e demanda agregadas e esse equilíbrio pode ocorrer abaixo do pleno emprego.

A teoria Clássica, por outro lado, supõe que 'a Oferta cria sua própria Demanda'. A função de oferta agregada e demanda agregada são iguais para qualquer volume de produção e emprego, além do preço da demanda agregada (ou produto) sempre se ajustar ao preço da oferta agregada.

De acordo com Davidson⁶, tal como definida por Keynes, a lei de Say determina que a curva da oferta agregada coincida com a curva da demanda agregada ao longo de toda a sua extensão, de modo que a oferta possa criar sua própria demanda.

²KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

⁴POSSAS, M. L. "Para uma releitura teórica da Teoria Geral". In: Lima, G.T. e Sicsú, J. (orgs.), 1986.

Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo. São Paulo: Manole, 2003, pp. 229-249.

⁶DAVIDSON, P. *Resgatando a revolução keynesiana*, In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo. Rio de Janeiro: Manole, 2003.

A Lei de Say, frontalmente oposta ao princípio da demanda efetiva, defende a proposição de que demanda efetiva pode assumir quaisquer valores em um intervalo infinito e não um único valor de equilíbrio, com isso a economia estará em equilíbrio neutro e não haverá obstáculo para o pleno emprego.⁶

A formulação Keynesiana do princípio da demanda efetiva, semelhante a de Kalecki³, preocupa-se com a determinação da renda agregada, baseando-se numa teoria particular das decisões de gasto, segundo a qual a demanda por bens de consumo, ao contrário da demanda por bens de investimento, é induzida pela renda.

De acordo com Possas⁴, a demanda e a oferta não são definidas convencionalmente em termos de valores unitários, mas sim de valor agregado no sentido de Keynes, que tanto a receita esperada- para a curva de demanda- quanto o preço da oferta são calculados deduzindo-se o uso de custo trazendo como consequência, entre outras, de que a curva de oferta, tanto individualmente como agregada, pode (deve) ser crescente com o nível de produção e emprego, sem que isso implique qualquer hipótese de rendimentos decrescentes.

De acordo com Macedo e Silva⁷, a oferta e demanda são definidas *ex-ante*, com o que sua intersecção, que definiria o nível da demanda efetiva, também é obviamente *ex-ante*, isto é, independe da realização da produção e, portanto, do valor das vendas a ser verificado *ex-post*.

Há controvérsias a respeito da possibilidade de um 'equilíbrio' em uma configuração totalmente *ex-ante*, onde a empresa estaria em equilíbrio apenas criando expectativas e fazendo seus cálculos com base no critério atual de maximização, independente do resultado.

³ KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Abril Cultural (coleção "Os Economistas"), 1983.

⁴POSSAS, M. L. "Para uma releitura teórica da Teoria Geral". In: Lima, G.T. e Sicsú, J. (orgs.),1986 **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003, pp. 229-249.

⁷MACEDO E SILVA, A.C. **Macroeconomia sem Equilíbrio: dois ensaios e um livro texto**. Campinas: IE/UNICAMP, tese de doutorado, 1994.

Para a corrente neoclássica, a concepção de equilíbrio se dá a uma configuração de forças que se interagem e se cancelam entre si verificado apenas *ex-post*. Portanto, o ponto de demanda efetiva não configura, a rigor, uma posição de equilíbrio, pois é determinada estritamente *ex-ante*.

A demanda efetiva, conforme Keynes², associada ao pleno emprego é um caso especial que só se verifica quando a propensão a consumir e o incentivo para investir se encontra associados entre si numa determinada forma. Ela só se verifica quando, por acidente ou desígnio, o investimento corrente proporciona uma quantidade de demanda equiparado ao excedente do preço da oferta agregada da produção resultante do pleno emprego sobre o que a comunidade decida gastar em consumo quando se encontre em estado de pleno emprego.

De acordo com Keynes², para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego está em determinado nível. A não ser que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessárias para induzi-los a oferecer tal volume de emprego.

O investimento inclui o aumento do equipamento de capital, quer ele consista em capital fixo, capital circulante ou capital líquido, e as principais diferenças entre as definições (abstraindo-se da distinção entre investimento e investimento líquido) são devidas à exclusão de uma ou de várias destas categorias.

Segundo Chick⁸, há uma diferença significativa entre a igualdade da poupança e do investimento planejados e a igualdade das compras planejadas e vendas antecipadas. As empresas e suas expectativas, no caso de vendas, não desempenham nenhum papel nessa definição. Há o azar suplementar das definições de Keynes de poupança e investimento serem tais que as tornam idênticas.

²KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

⁸CHICK, V. **Macroeconomia Após Keynes**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

Em conseqüência adicional, Chick⁸ afirma que se julga que o limite entre o longo e o curto prazo se deve à insignificância quantitativa de investimentos em relação ao estoque de capital, que é um erro total de compreensão.

Dessa forma, pode-se observar que tanto no curto prazo quanto longo prazo, os investimentos ao estoque de capital são necessários para melhor desempenho das organizações.

2-Propensão a Consumir

A propensão a consumir da comunidade, segundo Keynes², implica no nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do montante de investimento corrente. Este, por sua vez, dependerá do incentivo para investir, que depende da relação entre a escala de eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos.

A taxa de juros para Keynes², segundo Possas⁴, é definida como “a proporção inversa entre uma soma em dinheiro e a que pode ser obtida por desfazer-se do controle sobre o dinheiro em troca de uma dívida para um dado período de tempo”; teoricamente, trata-se de uma medida da resistência daqueles que possuem dinheiro em desfazer-se dessa liquidez.

Segundo Keynes⁴, a propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e este, determina o nível de salários reais. Se a propensão a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real de emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra potencialmente disponível ao salário real em vigor, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio.

²KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

⁸CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

A situação de uma comunidade pobre, como exemplo, tenderá a consumir a maior parte de sua produção e a presença de um simples investimento será suficiente para garantir o pleno emprego, ao passo que em uma comunidade rica terá que descobrir oportunidades de investimento muito mais amplas para que possa conciliar a propensão para a poupança de seus membros mais ricos com o emprego de seus membros mais pobres.

De acordo com Keynes², o montante que a comunidade gasta em consumo depende, evidentemente: em parte, do montante da sua renda; em parte, de outras circunstâncias objetivas que o acompanham; em parte, das necessidades subjetivas, propensões psicológicas e hábitos dos indivíduos que a compõem, bem como princípios que governam a distribuição da renda entre eles (que são passíveis a modificações à medida que aumenta a produção.

Os principais fatores objetivos que influem na propensão a consumir são: uma variação na unidade de salário, uma variação na diferença entre renda e renda líquida, variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida, variações na taxa intertemporal de desconto, isto é, na relação de troca entre bens presentes e os bens futuros.⁸

As variações na política fiscal e modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda também são considerados dentre os principais fatores objetivos.

A propensão a consumir, conforme Keynes², em determinada situação, pode ser considerada uma função relativamente estável desde que tenhamos eliminado as variações na unidade de salário em termos de moeda. As flutuações imprevistas nos valores de capital podem modificar a propensão a consumir, bem como poderão afetá-la variações substanciais na taxa de juros e na política fiscal; porém, não é provável que os outros fatores objetivos capazes de atuar sobre ela, conquanto não devem ser desprezados, tenham importância em circunstâncias comuns.

²KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

⁸CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

Segundo Keynes², há motivos ou fins importantes de caráter subjetivo em virtude dos quais os indivíduos se abstêm de gastar sua renda:

- Construir uma reserva para fazer face a contingências imprevistas;
- Preparar-se para uma relação futura prevista entre a renda e as necessidades do indivíduo e sua família, diferente da que existe no momento, como por exemplo no que diz respeito à velhice, educação dos filhos ou ao sustento de pessoas dependentes;
- Beneficiar-se do juro e da valorização, isto é, porque um consumo real maior em data futura é preferível a um consumo imediato mais reduzido;
- Desfrutar de um gasto progressivamente crescente;
- Desfrutar de uma sensação de independência ou poder de fazer algo, mesmo sem a ideia clara ou intenção definida da ação específica;
- Garantir uma *masse de manoeuvre* para realizar projetos especulativos e econômicos;
- Legar uma fortuna e satisfazer a pura avareza, isto é, inibir-se de moro irracional, mas persistente, de realizar qualquer ato de despesa como tal.

Esses oito motivos são classificados por Keynes como: Precaução, Previdência, Cálculo, Melhoria, Independência, Iniciativa, orgulho e Avareza.

Na comunidade industrial, conforme Chick⁸, os motivos que conduzem a não gastar podem ser relacionados com o objetivo de conseguir recursos para realizar um novo investimento de capital, sem contrair dívida ou recorrer ao capital do mercado; garantir recursos líquidos para enfrentar as emergências, dificuldades e crises; assegurar um aumento gradual de renda e motivo de prudência e precaução.

O empresário tem de fazer as melhores previsões que lhe são possíveis sobre os consumidores e sua disposição para compra quando, após um lapso de tempo que pode ser considerável, estiver em condições de os satisfazer (direta ou indiretamente); e não resta outra alternativa senão guiar-se por estas previsões para que sua produção se realize.

²KEYNES, J. M. A *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

⁸CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

De acordo com Keynes², essas expectativas, das quais dependem as decisões da atividade econômica, dividem-se em dois grupos: o primeiro relaciona-se com o preço que o fabricante pode esperar obter pela sua produção “acabada”, no momento em que se compromete a iniciar o processo que o produzirá, considerando que os produtos estão “acabados” (do ponto de vista do fabricante) quando prontos para serem usados ou vendidos a outrem.

Dessa forma, essas expectativas, conforme Keynes² e Chick⁸, estão relacionadas ao que o empresário pode esperar ganhar sob forma de rendimentos futuros, no caso comprar produtos “acabados” para os adicionar a seu equipamento de capital. São denominadas as primeiras expectativas de curto prazo e as segundas expectativas de longo prazo, que determinam o volume de emprego oferecido pelas empresas. Em ambas, só produzirá pleno efeito sobre o emprego depois de um lapso de tempo considerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda efetiva é representada pelo ponto de intersecção entre a função da demanda agregada com a da oferta agregada. Neste ponto é determinado o volume de emprego e que é realizada a expectativa máxima dos empresários ao que se refere aos lucros da empresa.

Dessa forma, a demanda efetiva é um conceito de demanda – no caso, igualada a oferta- tal como prevista pelos agentes econômicos (empresários) que, detendo o comando sobre a produção, e tendo resolvido o que e como produzir, decidem a cada período de produção o quanto produzir. Dessa forma, determinam o quanto empregar dos recursos existentes.

²KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

⁸CHICK, V. *Macroeconomia Após Keynes*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

A existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar o aumento do emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência da demanda efetiva inibirá o processo de produção, a despeito do fato de que o valor do produto marginal do trabalho continue superior à desutilidade marginal do emprego.

Para Keynes² e seus seguidores, a demanda efetiva possui um único valor de equilíbrio, embora para os clássicos, a demanda efetiva, em vez de ter um único valor de equilíbrio, comporta uma série infinita de valores todos igualmente admissíveis.

Na visão da Teoria geral, os novos investimentos de capital só podem realizar-se em excesso ao desinvestimento atual do capital quando se espera um aumento dos gastos futuros em consumo. Logo, a incerteza quanto ao futuro de eventos econômicos que justifica uma preferência pela liquidez, isto é, de manter a riqueza em forma de dinheiro, exceto saldos monetários operacionais. Nesses termos, a taxa de juros representa, de forma sintetizada, o *trade-off* do investidor (empresário), entre o investimento e liquidez.

²KEYNES, J. M. A *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.

REFERÊNCIAS

- CHICK, V. **Macroeconomia Após Keynes**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- DAVIDSON, P. **Resgatando a revolução keynesiana**, In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Rio de Janeiro: Manole, 2003.
- KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Abril Cultural (coleção "Os Economistas"), 1983.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 3 a 10.
- MACEDO E SILVA, A.C. **Macroeconomia sem Equilíbrio: dois ensaios e um livro texto**. Campinas: IE/UNICAMP, tese de doutorado. 1994
- MACEDO E SILVA, A. C. **Macroeconomia sem Equilíbrio**, Petrópolis, Vozes, 1999
- POSSAS, M. L. **"Para uma releitura teórica da Teoria Geral"**. In: Lima, G.T. e Sicsú, J. (orgs.) **Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo**. São Paulo: Manole, 2003, pp. 229-249.